

Ataque à democracia

# PF mira cúpula antiga do GSI e militares do Planalto em investigação sobre 8/1

— Generais Penteadó e Feitosa, dois dos principais auxiliares de Augusto Heleno, prestam esclarecimentos; Dutra depõe durante 7 horas e entrega documentos que contestam Ibaneis

MARCELO GODOY  
SÃO PAULO  
FELIPE FRAZÃO  
WESLEY GALZO  
BRASÍLIA

A Polícia Federal ouviu ontem os generais de divisão Carlos José Russo Assumpção Penteadó e Carlos Feitosa Rodrigues, além do ex-comandante militar do Planalto Gustavo Henrique Dutra de Menezes. Penteadó era o número 2 do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) na gestão de Augusto Heleno e permaneceu como secretário executivo do órgão até o dia 23 de janeiro. Feitosa ocupou a chefia da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial do gabinete e foi exonerado no mesmo dia 23.

Os três generais e outros 86 militares foram chamados para prestar depoimento no âmbito da Operação Lesa Pátria, que apura a suposta conivência e participação de integrantes das Forças Armadas com a invasão das sedes dos três Poderes, no dia 8 de janeiro. Ao todo, 81 compareceram para as oitavas em Brasília.

Penteadó e Feitosa foram convocados a depor porque o GSI era o responsável pela segurança dos palácios presidenciais. Os federais queriam saber como foi pensado o dispositivo de segurança do Planalto no dia 8 de janeiro, quando ele foi ocupado e depredado por bolsonaristas que saíram do acampamento na frente do Quartel-General do Exército.

Os agentes policiais também questionaram a razão de o reforço enviado pelo Comando Militar do Planalto (CMP), então chefiado pelo general Dutra, ter sido dispensado pelo GSI um dia antes. Os depoimentos dos dois generais duraram cada um cerca de três horas. Penteadó foi preterido em março na promoção para general de Exército e passou para a reserva. Feitosa permanece na ativa, assim como Dutra.

Terceiro general a depor, Dutra é ex-comandante do Planalto. Ele chegou à Academia da PF munido de documentos. Queria comprovar que em momento algum recebeu ordem de qualquer instituição para desocupar o acampamento na frente do QG — nem antes de 31



Ao todo, 81 militares compareceram à Polícia Federal, em Brasília, para prestar depoimento sobre os ataques de 8 de janeiro em Brasília

## Governo quer proibir contratação de empresa envolvida em atos

O governo federal pode impedir a contratação e a participação em licitações públicas de pessoas físicas e jurídicas que atuaram nos atos golpistas de 8 de janeiro ou em outras manifestações consideradas antidemocráticas.

A possibilidade está prevista em parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) aprovado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A medida tem efeito vinculante, devendo ser observada por todos os órgãos do Poder Executivo. O documento

de dezembro, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), nem depois, já no governo Luiz Inácio Lula da Silva — até que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a prisão e o desmantelamento dos acampamentos em todo o País, na noite do dia 8.

**GOVERNADOR.** Dutra foi ouvido durante sete horas, o mais

foi publicado no *Diário Oficial* da União de ontem.

Segundo o parecer, “a contratação de agentes que praticaram ou incentivaram atos atentatórios ao estado democrático de direito pode ser interpretada como situação incompatível com os princípios da moralidade, do interesse público, da segurança jurídica e do desenvolvimento sustentável”.

Eventual penalização das empresas dependerá, contudo, de apuração em processo administrativo. Pelo parecer, a administração pública tem um prazo de cinco anos para instaurar o devido procedimento a fim de investigar a questão. ● LUCAS RIBEIRO

longo de todos os depoimentos tomados pela PF. Foi questionado sobre o papel do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), nos eventos ligados ao acampamento, e dos coronéis da Polícia Militar que acusavam o Exército de ter impedido o desmonte do acampamento.

A PF recebeu de Dutra um documento enviado pelo Governo do DF chamado de pro-

coloco de ação integrada para o dia 29 de dezembro na Praça dos Cristais. O documento mostra que o objetivo não era desmontar o acampamento, mas combater ilícitos administrativos, como a presença de camelôs e a venda de bebidas e outras mercadorias. Outro documento entregue por ele mostra que o CMP mandou interditar o Setor Militar Urbano no dia 6 de janeiro para impedir a chegada de ônibus de todo o País que se dirigiam a Brasília, mas que o governo do DF marcou para lá a concentração dos veículos com bolsonaristas.

O general disse ainda ao delegado que chegou a ser questionado pelo Ministério Público Militar (MPM) sobre o motivo de ele ter agido no dia 9 de janeiro para prender os manifestantes, pois fora alvo de uma representação por abuso de autoridade.

**LULA.** Sobre os fatos do dia 8, o general confirmou que manteve conversas com o interventor da Segurança Pública do DF, Ricardo Cappelli, e com Lula. Segundo disse ao delegado, Cappelli chegou com a Tropa de Choque da PM. Ele pediu a prisão imediata dos manifestantes que estavam no acampa-

mento. Eram 20 horas. Dutra alegou que uma operação à noite seria arriscada e poderia causar reações e mortes.

Cappelli, segundo ele, telefonou para o ministro da Justiça, Flávio Dino, enquanto o general ligou para o ministro-chefe do GSI nomeado por Lula, general G. Dias. Foi quando G. Dias confirmou que o presidente queria a prisão imediata dos vândalos. Dutra argumentou mais uma vez que a operação era arriscada e G. Dias passou o telefone a Lula para que Dutra se explicasse.

O general ouviu a ordem do presidente e disse que concordava com a necessidade da prisão, mas acreditava ser uma operação complexa. “Vai morrer gente”, disse, conforme revelou ontem o *Estadão*. Lula então respondeu: “Isso seria uma tragédia, general. Cerque todo mundo. Não deixe ninguém sair e prenda todo mundo amanhã”.

Também foi colhido ontem o depoimento do tenente-coronel Paulo Jorge Fernandes da Hora, ex-comandante do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP). A PF deve remarcar para os próximos dias os depoimentos dos militares que não foram interrogados. ●

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6